



MIRTES AIALA FERREIRA SILVA

**O USO DO CONTROLE AVERSIVO NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA
O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Conceição do Coité-BA
2025

MIRTES AIALA FERREIRA SILVA

**O USO DO CONTROLE AVERSIVO NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Artigo científico apresentado à Faculdade da Região Sisaleira como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Aderilson Anunciação de Oliveira
Coorientadora: Josélia Silva Carneiro

Conceição do Coité-BA
2025

Ficha Catalográfica elaborada por:
Keite Birne de Lira – Bibliotecária
CRB: 5/1953

S586 Silva, Mirtes Aiala Ferreira
Uso do controle aversivo na infância e suas implicações para o desenvolvimento infantil / Mirtes Aiala Ferreira Silva. – Conceição do Coité: FARESI, 2025.
24f.;

Orientador: Prof. Aderilson Anuniação de Oliveira
Coorientadora: Josélia Silva Carneiro
Artigo científico (bacharel) em Psicologia. – Faculdade da Região Sisaleira - FARESI. Conceição do Coité, 2025.

1. Controle aversivo. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Práticas educativas. I. Faculdade da Região Sisaleira – FARESI. II. Oliveira, Aderilson Anuniação de. III. Carneiro, Josélia Silva. IV. Título.

CDD: 155.9

MIRTES AIALA FERREIRA SILVA

**O USO DO CONTROLE AVERSIVO NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

**Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Psicologia, pela Faculdade da Região Sisaleira.**

Aprovado em 16 de junho de 2025.

Banca Examinadora:

Aderilson Anunciação / docente.aderilson.oliveira@faresi.edu.br

Rafael Reis Bacelar Antón / tcc@faresi.edu.br

Iasmim Santos Pereira - psiiasmimsantos@gmail.com

Joselia Silva Carneiro - josejoseliacar77@gmail.com



Rafael Reis Bacelar Antón

Presidente da banca examinadora

Coordenação de TCC – FARESI

Conceição do Coité-BA

2025

O USO DO CONTROLE AVERSIVO NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Mirtes Aiala Ferreira Silva¹

Aderilson Anunciação de Oliveira²

Josélia Silva Carneiro³

RESUMO

O controle aversivo, enquanto estratégia de modificação comportamental, consiste na aplicação de estímulos com a finalidade de reduzir ou eliminar comportamentos indesejados. Durante a infância, essa prática pode ocorrer em diversos contextos, como no ambiente familiar, escolar ou institucional, e manifesta-se por meio de punições. O objetivo geral deste trabalho foi analisar os efeitos do controle aversivo exercido durante a infância, com ênfase em suas consequências psicológicas e implicações para o desenvolvimento socioemocional da criança. A metodologia utilizada foi a bibliográfica. A análise dos efeitos do controle aversivo durante a infância demonstrou que, embora essa estratégia possa ser útil em situações pontuais e emergenciais, quando aplicada com critério técnico e associada a outras intervenções educativas, seu uso indiscriminado compromete o desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança.

Palavras-chave: Controle aversivo; desenvolvimento infantil; práticas educativas.

ABSTRACT

Aversive control, as a behavioral modification strategy, consists of applying stimuli with the purpose of reducing or eliminating undesirable behaviors. During childhood, this practice can occur in various contexts, such as in the family, school or institutional environment, and is manifested through punishments. The general objective of this study was to analyze the effects of aversive control exercised during childhood, with emphasis on its psychological consequences and implications for the child's socio-emotional development. The methodology used was bibliographical. The analysis of the effects of aversive control during childhood demonstrated that, although this strategy can be useful in specific and emergency situations, when applied with technical criteria and associated with other educational interventions, its indiscriminate use compromises the child's emotional, social and cognitive development.

Keywords: Aversive control; child development; educational practices.

¹ Discente do curso de Bacharelado em Psicologia. E-mail: aialamirtes@gmail.com.

² Orientador. Aderilson Anunciação de Oliveira. E-mail: institucional@faresi.edu.br.

³ Coorientador. Josélia Silva Carneiro. E-mail: institucional@faresi.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é fortemente influenciado pelas interações estabelecidas no ambiente familiar, escolar e social, sendo essas relações mediadas por práticas educativas que podem tanto favorecer quanto comprometer o bem-estar psicológico e emocional da criança. Entre essas práticas, o controle aversivo ocupa lugar de destaque nas discussões da análise do comportamento, por se referir ao uso de estímulos desagradáveis, como punições, ameaças ou repreensões, com o objetivo de modificar comportamentos considerados inadequados. O conceito, embora amplamente discutido, carrega certa ambiguidade, sobretudo quando analisado a partir das contribuições de Skinner, cuja obra oscilou entre a crítica e a justificativa do uso dessas práticas, dependendo do contexto e da gravidade dos comportamentos em questão (Martins; Carvalho Neto; Mayer, 2013).

A literatura especializada aponta que o controle aversivo, apesar de gerar efeitos imediatos na contenção de comportamentos, tende a produzir consequências colaterais indesejáveis, como o aumento da agressividade, da ansiedade e da evasão de contextos sociais e educativos. Skinner, em sua análise funcional do comportamento, alertou para a transitoriedade dos efeitos do controle por punição, bem como para os riscos de dependência emocional e prejuízo nas relações sociais que seu uso acarreta (Smith, 2010). Mesmo em obras de caráter utópico, como *Walden Two*, onde se visava uma sociedade estruturada pelo reforço positivo, observam-se elementos de controle aversivo, demonstrando a complexidade do tema e sua presença mesmo em contextos idealizados (Martins; Monteiro; Carvalho Neto, 2021).

Além disso, as contingências aversivas, quando sistematicamente aplicadas na infância, podem comprometer processos fundamentais do desenvolvimento cognitivo, como a formação da autoestima, da autonomia e da capacidade de autorregulação. Skinner e Ferster (1997) evidenciaram que o comportamento operante, condicionado por reforços negativos ou punições, tende a se manter apenas na presença de estímulos aversivos, inibindo a espontaneidade e a criatividade infantil. Tais práticas educativas, centradas no medo da punição ou na evitação do desconforto, não promovem aprendizagem significativa, sendo mais eficazes na contenção do comportamento do que em sua modificação funcional.

A compreensão das ramificações do controle aversivo na infância exige, portanto, uma análise crítica das condições sob as quais tais práticas são empregadas, bem como dos efeitos a curto e longo prazo sobre a subjetividade da criança. Embora autores reconheçam que, em situações extremas, o uso de contingências aversivas possa ser considerado necessário como em comportamentos que representam risco à integridade física do próprio indivíduo ou de terceiros, essa abordagem deve ser utilizada com cautela e de forma absolutamente excepcional (Martins; Carvalho Neto; Mayer, 2013). O desafio ético e metodológico reside justamente em delimitar os limites do aceitável no uso de técnicas aversivas, distinguindo sua aplicação pontual de práticas educativas sistemáticas baseadas na coerção.

A relevância social do presente estudo se justifica, ainda, pelo fato de que o debate sobre os limites éticos e funcionais das práticas educativas punitivas permanece atual e necessário, principalmente diante de uma realidade em que muitos contextos familiares e educacionais ainda adotam o controle aversivo como recurso legítimo de correção comportamental. Em contrapartida, as abordagens contemporâneas da Psicologia do Desenvolvimento e da Análise do Comportamento têm apontado para a eficácia de práticas baseadas no reforço positivo, na mediação de conflitos e na promoção da autonomia como estratégias mais saudáveis e sustentáveis de educação.

Este trabalho pretende responder a seguinte questão: Quais as implicações do controle aversivo exercido durante a infância sobre o desenvolvimento psicológico da criança, especialmente em suas dimensões socioemocionais?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os efeitos do controle aversivo exercido durante a infância, com ênfase em suas consequências psicológicas e implicações para o desenvolvimento socioemocional da criança e os objetivos específicos foram investigar as principais formas de controle aversivo utilizadas por pais, cuidadores e instituições no contexto da infância, avaliar os impactos do controle aversivo sobre o desenvolvimento psicológico infantil, identificar estratégias alternativas ao controle aversivo, fundamentadas em abordagens positivas da psicologia do desenvolvimento e da educação, que promovam um desenvolvimento saudável da criança.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por buscar interpretar, os significados atribuídos ao controle aversivo exercido durante a infância e suas implicações no desenvolvimento socioemocional da criança, conforme exposto na literatura especializada. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que se propôs a investigar um fenômeno complexo e multifacetado, ainda pouco discutido em determinados contextos da prática educativa e psicológica, visando ampliar a compreensão sobre os efeitos desse tipo de controle no desenvolvimento infantil. Em relação aos meios, configura-se como uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras clássicas e estudos contemporâneos previamente publicados em periódicos científicos, livros e capítulos acadêmicos.

A coleta dos dados foi realizada por meio da leitura e análise crítica de artigos científicos, obras teóricas e estudos empíricos que abordam, direta ou indiretamente, o conceito de controle aversivo, suas manifestações nas práticas educativas e os impactos psicológicos decorrentes desse tipo de intervenção durante a infância. A seleção do material ocorreu por meio de buscas realizadas em bases de dados científicas eletrônicas, como SciELO, LILACS e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para a localização dos textos incluíram os termos: controle aversivo, desenvolvimento infantil e práticas educativas, combinados por operadores booleanos (AND/OR) com o objetivo de refinar os resultados obtidos.

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos materiais foram: publicações entre os anos de 1997 e 2023; artigos e livros disponíveis em português, espanhol ou inglês; materiais que abordassem o controle aversivo sob a perspectiva da psicologia ou da análise do comportamento; e textos com foco na infância como período de análise. Foram excluídos textos opinativos, notícias, artigos de revisão que não apresentavam fundamentação teórica clara, produções duplicadas entre diferentes bases e materiais sem acesso integral ao conteúdo. Também não foram considerados estudos cujo foco estivesse restrito a outras faixas etárias (como adolescência ou vida adulta), a menos que estabelecessem correlação direta com experiências ocorridas na infância.

A apresentação dos resultados deu-se em forma de exposição conceitual e analítica ao longo dos capítulos, com ênfase na articulação teórica entre os autores

consultados. As contribuições dos diferentes estudos foram utilizadas para sustentar os argumentos propostos, respeitando os critérios de citação conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de controle aversivo, embora amplamente discutido na literatura da Análise do Comportamento, não possui uma definição única e consensual. Segundo Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013), Skinner mencionou o controle aversivo em diversas de suas obras, utilizando o termo com frequência, mas sem apresentar uma definição direta. Em vez disso, as referências ao controle aversivo surgiram geralmente em contextos descritivos de relações entre estímulos e comportamentos, especialmente aqueles envolvendo punição e reforçamento negativo. As manifestações de controle aversivo foram caracterizadas pelo contato do organismo com estímulos aversivos ou pela perda de estímulos reforçadores, resultando em comportamentos de fuga ou esquiva. Ainda de acordo com os autores, essa ambiguidade conceitual levou outros pesquisadores a definirem o controle aversivo com base nas contingências comportamentais que o constituem, como punição positiva, punição negativa e reforçamento negativo.

Essa perspectiva implica que o controle aversivo não pode ser reduzido a um único procedimento, pois abrange uma variedade de contingências comportamentais com efeitos distintos sobre o comportamento. A punição positiva, por exemplo, envolve a apresentação de um estímulo aversivo após uma resposta indesejada, enquanto a punição negativa consiste na retirada de um estímulo reforçador. Já o reforçamento negativo refere-se à remoção de um estímulo aversivo após a emissão de uma resposta apropriada. Em todas essas formas, o estímulo aversivo atua como um agente modulador do comportamento, influenciando sua frequência, intensidade ou topografia.

Na obra de Skinner (2010), é possível observar que o controle aversivo foi criticado como uma estratégia ineficaz a longo prazo, pois tende a produzir efeitos apenas temporários, além de acarretar subprodutos indesejáveis, como respostas emocionais negativas, agressividade e resistência. Skinner argumentou que, ao utilizar estímulos aversivos para moldar o comportamento, corre-se o risco de criar uma relação conflituosa entre o agente controlador e o indivíduo controlado, o que

compromete tanto o bem-estar quanto a eficácia da intervenção. Nesse sentido, o autor defendeu o uso preferencial de reforçadores positivos como alternativa mais ética e eficiente para a promoção de comportamentos desejáveis.

Ainda que Skinner tenha se posicionado frequentemente contra o uso indiscriminado do controle aversivo, ele também reconheceu sua aplicação em contextos específicos. Por exemplo, em situações de risco, como o tratamento de comportamentos autolesivos, Skinner admitiu que o uso de estímulos aversivos poderia ser justificado, desde que não houvesse outra alternativa viável e que a aplicação fosse feita com moderação e controle rigoroso. Essa postura mais flexível demonstra que, para Skinner, o controle aversivo não deve ser completamente descartado, mas sim utilizado com cautela e somente quando outras abordagens falharem.

A fundamentação teórica sobre os efeitos do controle aversivo foi aprofundada por Skinner e Ferster (1997) ao investigarem os efeitos de diferentes esquemas de reforçamento. Em seus experimentos com pombos, os autores observaram como a variação na disponibilidade de reforçadores afetava a frequência e o padrão das respostas. Esses estudos contribuíram para a compreensão de que a previsibilidade e a consistência dos estímulos aversivos influenciam diretamente a eficácia do controle comportamental. Além disso, os resultados evidenciaram que o comportamento operante pode ser moldado por estímulos cuja função aversiva decorre de contingências históricas, reforçando a ideia de que o controle aversivo se manifesta por meio da interação dinâmica entre o organismo e o ambiente.

A análise empírica conduzida por Skinner e Ferster enfatizou também a importância da taxa de reforço e da relação entre reforçadores positivos e negativos na modelagem do comportamento. Os dados indicaram que a eficácia dos estímulos aversivos depende da magnitude, da duração e da contingência com que são apresentados. Essa abordagem experimental permitiu a formulação de princípios que explicam tanto o surgimento quanto a manutenção de comportamentos sob controle aversivo em ambientes naturais e artificiais.

A discussão sobre a aplicabilidade do controle aversivo foi ampliada por Hunziker (2017), que criticou o tratamento dogmático dado ao tema por alguns analistas do comportamento. A autora argumentou que a dicotomia entre controle aversivo e reforçamento positivo carece de precisão conceitual, sugerindo que a

classificação deveria se basear nos efeitos observáveis sobre a probabilidade de resposta, e não na natureza presumida do estímulo envolvido. Além disso, Hunziker destacou que o controle aversivo pode, em determinadas condições, produzir efeitos benéficos, como a supressão de comportamentos perigosos ou disfuncionais, desde que sejam consideradas variáveis contextuais relevantes, como a intensidade do estímulo e a presença de reforçadores concorrentes.

Essa visão contribui para uma compreensão mais nuançada e científica do controle aversivo, afastando-se de posicionamentos ideológicos ou moralistas. A autora também enfatizou a necessidade de se diferenciar coerção de controle aversivo, uma vez que o primeiro conceito está mais relacionado a relações de poder e dominação, enquanto o segundo refere-se a processos operantes mensuráveis e passíveis de análise funcional.

Azevedo (2015) reforçou essa perspectiva ao indicar que o controle aversivo está presente de forma natural nas relações organismo-ambiente, não sendo exclusivo de contextos artificiais ou planejados. Para o autor, negar ou ignorar essa realidade compromete a efetividade das intervenções comportamentais, especialmente naqueles casos em que a supressão imediata de comportamentos representa uma necessidade ética ou de segurança. Nesse contexto, o uso de estímulos aversivos deve ser compreendido como uma ferramenta disponível dentro de um conjunto mais amplo de estratégias comportamentais, cuja escolha deve ser pautada por critérios técnicos e empíricos.

A naturalização do controle aversivo, no entanto, não implica sua legitimação irrestrita. Pelo contrário, demanda uma análise criteriosa das condições sob as quais ele se torna necessário, bem como uma constante busca por alternativas mais sustentáveis e humanizadas. A escolha entre punição e reforço deve considerar não apenas a eficácia imediata, mas também os efeitos a longo prazo sobre o desenvolvimento emocional e social dos indivíduos envolvidos.

O estudo de Martins, Monteiro e Carvalho Neto (2021) reiterou a complexidade do tema ao apontar que o controle aversivo não é apenas uma técnica aplicada, mas uma realidade que permeia as interações sociais e culturais. Os autores discutiram como a presença de contingências aversivas em contextos educacionais, familiares e institucionais molda padrões de comportamento desde a infância, muitas vezes sem que seus efeitos sejam plenamente compreendidos. Eles destacaram que práticas educativas baseadas na punição tendem a gerar

insegurança, ansiedade e retraimento social nas crianças, comprometendo seu desenvolvimento global.

Ao mesmo tempo, os autores sugerem que o abandono completo de qualquer forma de controle aversivo pode ser impraticável, especialmente em contextos que exigem limites claros e imediatos. Assim, propõem uma abordagem equilibrada, que valorize intervenções baseadas em reforçamento positivo e ensino de habilidades sociais, mas que também reconheça, quando necessário, o papel limitado e controlado de contingências aversivas.

3.1 Formas de controle aversivo utilizadas por pais, cuidadores e instituições

A utilização de práticas de controle aversivo por pais, cuidadores e instituições tem sido amplamente analisada à luz da Análise do Comportamento. Rodrigues Fonseca-Júnior e Leite Hunziker (2023) apontaram que o controle aversivo pode moldar a variabilidade comportamental tanto em humanos quanto em não-humanos, por meio de contingências de fuga, esquiva e punição. Esses autores demonstraram, em sua revisão narrativa, que contingências aversivas, quando aplicadas sistematicamente, produzem padrões específicos de resposta, destacando a capacidade desses estímulos de controlar a variabilidade operante, especialmente quando o reforçamento negativo e a punição são utilizados como variáveis independentes.

Esse achado evidencia que o comportamento infantil pode ser moldado não apenas pela presença de reforçadores positivos, mas também por estímulos cuja retirada ou aplicação exerce pressão direta sobre a ação da criança. No cotidiano, pais e cuidadores utilizam recursos como ameaças, castigos verbais e a retirada de privilégios com a intenção de suprimir comportamentos considerados inadequados. Essas práticas, ao operarem sob lógica aversiva, geram consequências que vão além da supressão imediata da resposta, influenciando diretamente o modo como a criança responde a diferentes situações de controle.

Skinner (2010) já alertava que o controle aversivo, ainda que funcional a curto prazo, tende a gerar efeitos colaterais importantes, como ansiedade, evasão e agressividade. Para o autor, os estímulos aversivos, ao invés de promoverem aprendizado efetivo, criam relações baseadas no medo e no contra controle, dificultando a manutenção de vínculos saudáveis entre quem controla e quem é

controlado. O autor destacou ainda que o comportamento moldado por punição raramente resulta em aquisição de repertórios adaptativos, limitando-se à simples supressão da resposta indesejada.

A prática recorrente da punição nas relações familiares pode, assim, comprometer o desenvolvimento emocional e social da criança, promovendo padrões defensivos e reativos. A obediência obtida por meio de ameaças ou punições pode ser confundida com disciplina, embora represente, na verdade, um comportamento de esquiva diante de um ambiente emocionalmente inseguro. A ausência de reforço positivo, por sua vez, limita a construção de repertórios alternativos e impede o florescimento da autonomia.

Skinner e Ferster (1997) reforçaram essa compreensão ao demonstrarem, em seus experimentos com reforçadores, que o comportamento operante pode ser moldado pela aplicação de estímulos aversivos, mas que tal estratégia deve ser cuidadosamente dosada para não comprometer a estabilidade da resposta. A pesquisa indicou que esquemas de reforçamento intermitente, que combinam punição e reforço, produzem padrões complexos de comportamento, muitas vezes difíceis de prever ou manter sem o uso constante de estímulos de controle.

Esse dado experimental se traduz, na prática cotidiana, na dificuldade de pais e instituições em manter comportamentos desejáveis quando se baseiam apenas em punições. A ausência de um reforço positivo consistente faz com que as crianças dependam da presença constante da ameaça para manter o comportamento esperado. Tal dependência gera um ambiente instável, em que a criança se comporta corretamente apenas sob coerção, tornando-se reativa e pouco autônoma.

No contexto institucional, sobretudo em escolas e instituições de acolhimento, o controle aversivo é frequentemente aplicado de forma velada. Colombo dos Santos e Mazzilli Pereira (2015) observaram que a lógica disciplinar institucionalizada ainda se sustenta, em muitos casos, por práticas punitivas como a suspensão de atividades, a exclusão do convívio coletivo e a utilização da repreensão pública. Tais práticas, mesmo não sendo fisicamente violentas, operam sob a lógica da punição e produzem efeitos semelhantes aos observados nas dinâmicas familiares autoritárias.

Essa constatação revela que o ambiente institucional não apenas reproduz padrões de controle aversivo, mas também legitima essas práticas sob o argumento da manutenção da ordem e da disciplina. Crianças que apresentam comportamentos

desafiadores são submetidas a sanções que, muitas vezes, ignoram o contexto de desenvolvimento, a funcionalidade do comportamento ou a existência de necessidades não verbalizadas. Com isso, o comportamento indesejado pode ser reprimido, mas a causa subjacente permanece inalterada, perpetuando o ciclo da punição.

Martins, Monteiro e Carvalho Neto (2021) destacaram que práticas como o custo de resposta e a retirada contingente de atenção são frequentemente recomendadas como alternativas às punições físicas, sendo vistas como estratégias aceitáveis de controle. No entanto, ainda operam sob os mesmos princípios aversivos, ao implicarem perda de reforçadores ou introdução de estímulos desagradáveis com o objetivo de suprimir comportamentos. Os autores demonstraram que, embora essas práticas sejam amplamente difundidas, seus efeitos podem ser ambíguos, gerando respostas emocionais negativas e dificultando a internalização de regras e valores.

Essas estratégias, ao serem incorporadas ao cotidiano de pais e educadores, tendem a mascarar sua natureza aversiva, sendo vistas como pedagógicas ou educativas. A criança, contudo, responde emocionalmente a essas perdas ou retiradas, desenvolvendo estratégias de esquiva, resistência ou retraimento. A longo prazo, esse tipo de prática compromete o estabelecimento de vínculos afetivos e a construção de uma identidade segura, centrada no reconhecimento positivo e no diálogo.

Rodrigues Fonseca-Júnior e Leite Hunziker (2023) enfatizaram que a variabilidade comportamental pode ser instalada por contingências aversivas, como fuga e esquiva, especialmente em contextos de imprevisibilidade e controle externo. Esses autores discutiram que a ausência de controle sobre o ambiente e a presença constante de punições condicionam o organismo a variar suas respostas de forma defensiva, o que pode ser interpretado como instabilidade emocional ou dificuldade de adaptação.

Essa observação é particularmente relevante quando se considera o comportamento de crianças submetidas a ambientes de constante repressão. A variabilidade comportamental, nesses casos, não reflete criatividade ou flexibilidade, mas sim tentativa de escapar do controle coercitivo. Essa variabilidade defensiva compromete a consistência das respostas e dificulta o desenvolvimento de

repertórios estáveis e adaptativos, essenciais para a convivência social e a aprendizagem.

Skinner (2010) também apontou que o controle aversivo, quando utilizado de forma predominante, compromete o desenvolvimento de comportamentos reforçados positivamente. O autor argumentou que ambientes pautados na punição inibem a curiosidade, a iniciativa e o engajamento espontâneo, criando indivíduos reativos, que se comportam apenas diante da presença de ameaças ou punições iminentes.

Essa crítica revela a limitação das estratégias baseadas na coerção, especialmente quando utilizadas em contextos de educação e desenvolvimento humano. Ao invés de estimular a autorregulação, a punição fortalece comportamentos de evitação, muitas vezes mascarando o problema sem resolvê-lo. Além disso, impede que a criança compreenda as consequências naturais de suas ações, substituindo o aprendizado reflexivo por respostas condicionadas à presença de estímulos aversivos.

Colombo dos Santos e Mazzilli Pereira (2015) também discutiram que as formas de controle exercidas por cuidadores refletem, muitas vezes, a reprodução de modelos parentais internalizados, reforçados por fatores sociais e econômicos. A ausência de políticas públicas voltadas à formação de pais e educadores contribui para a manutenção dessas práticas, que se perpetuam de maneira automática e acrítica. Os autores destacaram que o investimento em estratégias educativas fundamentadas em reforço positivo ainda é tímido e encontra resistência em contextos onde a punição é naturalizada como forma eficaz de controle.

Esse dado indica que a superação do controle aversivo não depende apenas de conhecimento técnico ou teórico, mas também de mudanças culturais profundas. A formação de pais e cuidadores deve incluir o reconhecimento dos efeitos deletérios da punição e a valorização de alternativas que promovam o diálogo, o respeito mútuo e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Da mesma forma, as instituições devem rever suas práticas disciplinares, priorizando intervenções que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais.

3.2 Implicações do uso do controle aversivo na infância

Viva (2006) apontou que o controle aversivo, como técnica derivada da análise do comportamento, exerce influência significativa sobre o comportamento infantil, especialmente em contextos clínicos e educacionais. O autor destacou que o controle pode manifestar-se tanto por punições físicas e verbais quanto por práticas mais sutis, como a retirada de reforçadores sociais, a exemplo de atenção ou reconhecimento. A utilização contínua desses métodos acarreta impactos diretos na constituição psíquica da criança, favorecendo o desenvolvimento de reações emocionais intensas, como ansiedade, medo e raiva.

Tais reações emocionais comprometem o desenvolvimento saudável da criança, podendo gerar padrões comportamentais marcados por insegurança, resistência passiva e retraimento social. O ambiente coercitivo, sustentado por práticas aversivas, promove uma relação pautada no medo, inibindo a autonomia, a criatividade e a expressão emocional. Consequentemente, a criança tende a internalizar modelos autoritários e punitivos como referência para suas próprias relações interpessoais.

De acordo com Skinner (2010), o controle aversivo envolve o uso de estímulos que funcionam para suprimir comportamentos indesejados, sendo operacionalizado principalmente por meio da punição e do reforçamento negativo. O autor explicou que tais práticas, embora eficazes em curto prazo, geram subprodutos emocionais como hostilidade, fuga e comportamentos de contra controle. Essa dinâmica interfere diretamente no desenvolvimento da autorregulação emocional da criança, dificultando o estabelecimento de vínculos afetivos seguros e empáticos.

A consequência dessa estrutura comportamental se manifesta no longo prazo, por meio da reprodução de relações interpessoais baseadas em esquemas de dominação ou subordinação. A criança exposta ao controle aversivo tende a interpretar o mundo como um espaço ameaçador, no qual é necessário se defender constantemente, o que reduz suas capacidades de cooperação e resolução pacífica de conflitos.

Segundo Monori (2022), os procedimentos classificados como aversivos englobam não apenas punições explícitas, mas também práticas como *time-out*, *overcorrection* e privação socialmente imposta. A autora enfatizou que o contato constante com esses métodos interfere na formação de padrões cognitivos e emocionais rígidos, resultando em baixa tolerância à frustração, impulsividade e

comportamentos de evitação. Esses efeitos são ainda mais intensos quando os estímulos aversivos são aplicados de maneira imprevisível, desproporcional ou sem explicações claras para a criança.

O impacto dessas práticas é amplificado pelo fato de que a criança se encontra em fase de formação de estruturas psicológicas fundamentais. A exposição constante ao controle aversivo contribui para a constituição de esquemas negativos sobre si mesma e sobre o mundo, o que pode favorecer o surgimento de quadros ansiosos, depressivos e dificuldades de socialização.

Para Azevedo (2015), o uso de punição em ambientes educacionais e familiares tem raízes socioculturais profundas, sendo reforçado pela crença de que apenas métodos coercitivos promovem disciplina. O autor observou que tais práticas são transmitidas de geração em geração, o que dificulta a adoção de abordagens baseadas em reforçamento positivo. A consequência mais evidente desse cenário é a cristalização de um ciclo coercitivo, no qual a criança aprende que o poder está atrelado à imposição da dor, da humilhação ou da retirada de privilégios.

Essa estrutura educacional baseada na punição compromete a formação de comportamentos pró-sociais e o desenvolvimento da empatia. A criança condicionada a evitar punições tende a agir apenas em função de evitar consequências negativas, e não pelo desejo intrínseco de agir corretamente ou respeitar os demais. Isso compromete a formação ética e moral ao longo da vida.

Skinner e Ferster (1997) apontaram que a frequência e a intensidade do controle aversivo influenciam diretamente na taxa de resposta e nos padrões comportamentais observados. Em situações experimentais, observou-se que estímulos aversivos geravam comportamentos alternativos, muitas vezes imprevisíveis ou disfuncionais. Essa imprevisibilidade é refletida em contextos reais, nos quais crianças expostas a práticas aversivas apresentam comportamentos impulsivos, agressivos ou totalmente inibidos.

Esses dados apontam para a importância de compreender que os efeitos do controle aversivo não se limitam à inibição do comportamento alvo, mas abrangem uma série de reações emocionais e cognitivas colaterais. Tais reações comprometem a adaptabilidade da criança e seu bem-estar psicológico, afetando inclusive o desempenho escolar e a interação com pares e figuras de autoridade.

Martins, Monteiro e Carvalho Neto (2021) reforçaram que o controle aversivo, ainda que frequente em ambientes familiares e escolares, deve ser compreendido

como um recurso limitado e não como estratégia pedagógica predominante. Os autores ressaltaram que o uso repetitivo da punição gera um ciclo de respostas emocionais negativas que reduzem a eficácia da intervenção ao longo do tempo e promovem o desgaste da relação entre cuidador e criança.

Esse desgaste relacional representa um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos emocionais e comportamentais, uma vez que a ausência de vínculos seguros e a percepção de um ambiente ameaçador afetam negativamente a autoestima e a autorregulação da criança. A vivência constante de insegurança emocional pode configurar um cenário propício ao surgimento de sintomas internalizantes e externalizantes.

A análise de Hunziker (2017) trouxe uma contribuição relevante ao considerar que o julgamento moral atribuído ao controle aversivo pode comprometer sua análise científica objetiva. No entanto, a autora reconheceu que, embora o controle aversivo não seja intrinsecamente antiético, ele deve ser avaliado a partir dos comportamentos que mantém. A manutenção de comportamentos desadaptativos por meio de punições constantes reforça padrões disfuncionais, interferindo negativamente no desenvolvimento emocional da criança.

Essa perspectiva evidencia a necessidade de um olhar crítico e contextualizado sobre a aplicação do controle aversivo, considerando os efeitos produzidos no repertório emocional e social da criança. A avaliação funcional das contingências é essencial para identificar alternativas mais eficazes e humanizadas, como estratégias de reforçamento positivo e modelagem de comportamentos adaptativos.

O estudo de Viva (2006) também apontou que o controle aversivo interfere diretamente na percepção da criança sobre si mesma e sobre os outros. A criança passa a compreender-se como inadequada ou incapaz, internalizando mensagens negativas que comprometem sua autoconfiança e sua iniciativa diante de novos desafios. Essa percepção pode perpetuar-se ao longo da vida, dificultando a construção de uma identidade positiva.

3.4 Reforçadores positivos e negativos: contribuições para práticas educativas saudáveis

Reforçadores positivos e negativos desempenham um papel fundamental na construção de práticas educativas eficazes, especialmente quando compreendidos e aplicados a partir dos princípios da análise do comportamento. Skinner (2010) estabeleceu que o reforço é um processo essencial no desenvolvimento de comportamentos desejáveis, sendo classificado em positivo, quando há a adição de um estímulo reforçador após uma resposta, e negativo, quando ocorre a remoção de um estímulo aversivo, ambos com o objetivo de aumentar a probabilidade de uma resposta futura.

Essa distinção permite maior precisão na formulação de estratégias pedagógicas. O reforçamento positivo tem sido amplamente utilizado na educação para promover comportamentos como participação, cooperação e cumprimento de tarefas. Já o reforçamento negativo, embora mais controverso, também pode ser empregado de maneira ética, desde que envolva a retirada de estímulos desagradáveis como consequência de comportamentos adequados, por exemplo, permitir que um aluno evite uma tarefa repetitiva ao concluir com sucesso outra de maior complexidade.

Azevedo (2015) examinou os efeitos de contingências de reforçamento positivo e negativo em crianças no contexto de atividades aritméticas, observando que ambos os tipos de contingências foram eficazes na promoção da aprendizagem. O estudo concluiu que crianças submetidas a reforçadores positivos ou negativos apresentaram mudanças comportamentais significativas, o que evidencia o potencial dessas estratégias em práticas educativas.

Esse achado reforça a importância da aplicação planejada de contingências reforçadoras nas salas de aula. O professor, como agente de controle educacional, pode estruturar o ambiente de aprendizagem de forma que comportamentos produtivos sejam mais frequentes, ao passo que comportamentos indesejados sejam reduzidos, sem recorrer necessariamente à punição. A diferenciação cuidadosa entre reforço e punição é essencial, já que esta última, mesmo quando efetiva a curto prazo, pode gerar efeitos colaterais indesejáveis, como ansiedade, evasão e resistência ao controle.

Rodrigues Fonseca-Júnior e Leite Hunziker (2023) alertaram para a necessidade de cautela na comparação entre reforçadores positivos e negativos, destacando que suas diferenças vão além da simples adição ou subtração de estímulos. Eles apontaram que os dois procedimentos envolvem distintos tipos de

estímulos, parâmetros temporais e estruturas de *feedback*, o que pode influenciar de forma distinta o comportamento dos sujeitos.

Essa consideração técnica amplia a reflexão sobre o uso dos reforçadores no contexto educativo. Compreender que os estímulos reforçadores positivos, como elogios ou recompensas, e os negativos, como a retirada de tarefas indesejadas, operam em sistemas distintos é essencial para a formulação de intervenções mais eficazes e ajustadas às necessidades de cada indivíduo e situação. Tal entendimento também protege o educador de aplicar estratégias que, embora bem-intencionadas, possam ser mal interpretadas ou contraproducentes.

Viva (2006) também apontou que as prescrições de Skinner sobre reforçamento incluem ações como multiplicar reforçadores positivos, eliminar consequências aversivas e remover reforçadores desnecessariamente negativos. A autora defendeu que a tarefa do terapeuta comportamental, e por extensão do educador, é a de organizar o ambiente de forma que os comportamentos desejáveis sejam constantemente reforçados, possibilitando a construção de repertórios sólidos e duradouros.

A aplicação prática dessas diretrizes educacionais envolve a atenção constante às consequências que seguem os comportamentos dos alunos. Por exemplo, a prática de elogiar sistematicamente um comportamento desejado, como o esforço contínuo na resolução de tarefas difíceis, pode estabelecer um padrão de persistência e autocontrole. Do mesmo modo, retirar exigências excessivas após o cumprimento de um objetivo intermediário pode fortalecer a autoconfiança e o senso de competência do aluno.

Hunziker (2017) ilustrou esse processo ao descrever um caso clínico no qual a fala coerente de um jovem com esquizofrenia foi reforçada positivamente com atenção e, paralelamente, sua fala incoerente foi punida negativamente com a retirada da atenção. O resultado foi a rápida melhora da comunicação do paciente. O autor observou que, na prática, os reforçadores positivos e negativos são muitas vezes indissociáveis e que o julgamento moral sobre a punição pode levar à negação de sua eficácia quando bem utilizada.

Esse exemplo revela a complexidade das interações educativas e clínicas, nas quais reforços e punições se entrelaçam e exigem análise precisa das contingências envolvidas. A escolha de estratégias reforçadoras deve considerar o contexto, a individualidade do sujeito e os efeitos a longo prazo, sendo que os

reforçadores positivos tendem a ser mais bem aceitos e menos polêmicos, enquanto os negativos, se mal aplicados, podem gerar resistência ou efeitos colaterais.

Skinner (2010) já havia antecipado essas dificuldades ao discutir os limites e efeitos colaterais da punição e do controle aversivo, propondo alternativas mais eficazes como o reforço positivo e o ensino programado. Para ele, o ambiente deveria ser estruturado para prevenir comportamentos indesejados ao invés de simplesmente puni-los, promovendo, assim, um processo educativo mais ético e sustentável.

A valorização do reforço positivo como instrumento educativo está alinhada a princípios contemporâneos de pedagogia que priorizam o desenvolvimento emocional e a autonomia dos alunos. Contudo, reconhecer o lugar do reforço negativo, quando aplicado com responsabilidade, amplia o leque de recursos disponíveis para os educadores. A eficácia da intervenção depende não apenas do tipo de reforço, mas da análise funcional do comportamento e das metas educativas estabelecidas.

Portanto, práticas educativas saudáveis devem buscar o equilíbrio entre diferentes formas de reforçamento. A adoção de estratégias baseadas em reforçadores positivos contribui para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, motivadores e promotores de aprendizagem significativa. Por sua vez, o uso consciente e ético de reforçadores negativos pode complementar tais estratégias, desde que empregados com clareza de propósito e monitoramento dos efeitos comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do controle aversivo exercido durante a infância evidenciou que essa estratégia, embora muitas vezes criticada, possui aspectos que merecem ser considerados com cautela. Em situações específicas, como comportamentos que colocam em risco a integridade física da criança ou de terceiros, o uso pontual e bem direcionado de estímulos aversivos pode representar uma ferramenta imediata de contenção. Quando aplicado com critérios técnicos, de forma proporcional e associada a outras intervenções educativas, o controle aversivo pode contribuir para a interrupção de padrões disfuncionais, servindo como etapa inicial de reestruturação comportamental.

No entanto, os efeitos negativos do uso contínuo e indiscriminado de práticas aversivas são amplamente reconhecidos e preocupantes. A exposição prolongada da criança a punições, humilhações ou privações tende a comprometer seu desenvolvimento emocional, afetando sua autoestima, segurança e capacidade de construir vínculos saudáveis. Além disso, a dependência dessas práticas reduz a eficácia da educação a longo prazo, uma vez que não promove a internalização de valores, mas sim comportamentos moldados pela evitação do desconforto.

Diante desse cenário, propõe-se que o controle aversivo seja compreendido como um recurso possível, mas não preferencial, dentro de um espectro mais amplo de estratégias educativas. A prioridade deve recair sobre abordagens baseadas em reforçamento positivo, mediação de conflitos e fortalecimento da autonomia infantil. Futuras pesquisas podem aprofundar os critérios e limites para o uso responsável do controle aversivo, assim como promover o desenvolvimento de práticas integrativas que conciliem limites, disciplina, afeto e acolhimento na formação ética e emocional das crianças.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Patrícia Nogueira. **Análise do efeito de contingências de reforçamento positivo e controle aversivo sobre resposta de aritmética de crianças**. 2015. 72 f. Dissertação (Mestrado Em Psicologia Experimental Análise Do Comportamento) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015.
- COLOMBO DOS SANTOS, B.; MAZZILLI PEREIRA, M. E. O estudo do controle aversivo no Brasil com base em teses e dissertações: Uma caracterização. *Acta Comportamentalia*. **Revista Latina De Análisis Del Comportamiento**, v. 23, n. 3, p. 289-306, 2015.
- HUNZIKER, Maria Helena Leite. Dogmas sobre o controle aversivo *Acta Comportamentalia*. **Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 25, n. 1, p. 85-100, 2017.
- MARTINS, Tatiana Evandro Monteiro; CARVALHO NETO, Marcus Bentes de; MAYER, Paulo Cesar Morales. B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.**, v. 15, n. 2, p. 5-17, 2013.
- MARTINS, Tatiana Evandro Monteiro; MONTEIRO, Nayany Carmem Pinheiro; CARVALHO NETO, Marcus Bentes De. Walden Três: Uma sociedade sem o uso de controle aversivo? *Revista Brasileira de Análise Comportamental*, v. 17, n. 2, p. 96 - 105, 2021.
- MONORI, Giovana Lima. **O estudo do controle aversivo no Brasil: uma revisão de teses e dissertações entre 2014 e 2021**. 2022. 57 f. Dissertação (Mestrado Em Psicologia Experimental Análise Do Comportamento) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2022.
- RODRIGUES FONSECA-JÚNIOR, A.; LEITE HUNZIKER, M. H. Controle aversivo da variabilidade comportamental: uma revisão narrativa. **Acta Comportamentalia: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento**, v. 31, n. 2, p. 311-328, 2023.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Nova antologia**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SKINNER, Burrhus Frederic; FERSTER, C. B. **Schedules of reinforcement.**
Cambridge: Prentice-Hall, 1997.

VIVA, Hércia Irary. **O que é terapia comportamental segundo B. F. Skinner.**
2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, São Paulo, 2006.